

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2024-2027



MINISTÉRIO DAS CIDADES

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL
RESOLUÇÃO CIGOV-MCID Nº 1/2024

Coordenação de
Planejamento e
Gestão Estratégica

Coordenação-Geral de
Planejamento e
Informação Estratégica

Departamento de
Gestão Estratégica e
Informações

Secretaria-Executiva

Equipe do Projeto

Ministro das Cidades: Jader Fontenelle Barbalho Filho

Secretário-Executivo: Helder Melillo Lopes Cunha Silva
Antonio Vladimir Moura Lima (adjunto)

Diretora de Gestão Estratégica e
Informações: Paula Coelho da Nobrega

Coordenador-Geral de
Planejamento e
Informação Estratégica: Bruno Tibúrcio Pereira da Silva

Coordenador de Planejamento
e Gestão Estratégica: Renan Lange Holdorf

Demais membros do GT-PEI: Anderson Jorge Lopes Brandão
André Pedro Sobreiro Martins
Augusto Henrique Alves Rabelo
Daniel Sigelmann
Danielle Costa de Holanda
Michelli Miwa Takahara,
Paulianna de Lima Rodrigues
Paulo Rogério dos Santos e Silva
Pedro Henrique Lopes Batista
Ramson Aragão Gois
Rhaiana Bandeira Santana

Agradecimento Especial: Bruna Chie Yin Tse
Cleber Cornelio de Souza
Fabiola Caroline Furtado Barros Carneiro
Glaucia Maia de Oliveira
Helen Alves de Moura Nunes
Leonardo Gomes Miranda
Marcos da Costa Avelar
Marilia Gomes de Moraes Santos
Michel Araujo da Costa
Rachel Benedet de Sousa Martins
Rodrigo Adriano Machado Varela
Walter Januzzi

Planejamento Estratégico Institucional

O Planejamento Estratégico envolve a definição de um conjunto de planos, projetos, processos, atividades, indicadores e metas desenvolvidas para que uma instituição atinja seus objetivos futuros de maneira eficiente, eficaz e efetiva. No contexto do setor público, é essencial que o planejamento seja elaborado e executado com ênfase nas necessidades e no bem-estar do cidadão.

Com a recriação do Ministério das Cidades, por meio da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, verifica-se a necessidade de elaborar um Plano Estratégico Institucional (PEI) que sirva de referência para a sua atuação, possua necessárias formas de medição de seu atingimento e gere a aspiração necessária para impulsionar a alocação dos recursos confiados a esta pasta ministerial, compreendendo os desafios das políticas públicas e os anseios das populações - em especial as mais vulnerabilizadas -, com o objetivo de promover uma transformação duradoura realidade dos municípios e dos habitantes de nosso País.

A Instrução Normativa Seges/ME nº 24, de 18 de março de 2020, define o plano estratégico institucional como “produto que documenta, no mínimo, a cadeia de valor, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e os projetos estratégicos”. Uma das principais referências para esse processo é o “Guia Técnico de Gestão Estratégica”, também produzido pelo antigo Ministério da Economia, que indica uma série de atividades que o órgão ou entidade deve realizar visando à elaboração do plano.

Para atingir tal objetivo, foi instaurado o Grupo de Trabalho para o Planejamento Estratégico Institucional (GT-PEI), por meio da Portaria nº 515, de 10 de maio de 2023, sob a coordenação dos membros lotados no Departamento de Gestão Estratégica e Informações (DGE). Tal grupo tem por competências subsidiar e monitorar a implantação do Plano Estratégico Institucional e validar os produtos do Plano Estratégico Institucional (Mapa Estratégico; Cadeia de Valor; Iniciativas estratégicas; e Indicadores estratégicos) a serem submetidos à aprovação do Comitê Interno de Governança.

Todas as informações estão disponíveis no endereço eletrônico do Ministério das Cidades.

O presente documento apresentará o Planejamento Estratégico do Ministério das Cidades para o horizonte 2024-2027

<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/planejamento-estrategico>



Metodologia

O Plano Estratégico Institucional do Ministério das Cidades teve como principal suporte metodológico o Guia Técnico de Gestão Estratégica, do antigo Ministério da Economia, elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 24, de 2020. Ainda, tendo em vista a integração do PEI com o Plano Plurianual (PPA) para o horizonte 2024-2027, também foram utilizadas as diretrizes desse referencial.

A primeira etapa de construção do PEI Cidades foi a elaboração dos programas finalísticos do Ministério no âmbito do PPA, destacando-se atributos como a legislação de referência dos programas temáticos, os públicos-alvo e vinculações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ainda, todos os objetivos específicos, entregas e medidas institucionais e normativas descritas no PPA estão também referenciadas no PEI, de forma a garantir a premissa de garantir uma real integração destes instrumentos de planejamento (PPA e PEI), seja na elaboração, seja no monitoramento e na avaliação.

Paralelamente, foi realizado o diagnóstico interno e externo do Ministério das Cidades, no qual foram identificados os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças à execução das atividades a cargo da pasta. Foram levantados, ainda, os principais problemas, desafios e necessidades vinculadas a cada um dos processos executados no Ministério

A Cadeia de Valor do Ministério do Desenvolvimento Regional foi revisitada, com principal foco no aprimoramento da descrição dos macroprocessos finalísticos e dos valores públicos gerados, gerando a nova Cadeia de Valor do MCID.

Na sequência, passou-se à construção do Referencial Estratégico e dos Objetivos Específicos, com especial foco para os processos não contemplados na elaboração do PPA. Foram descritos a Missão Institucional, a Visão de Futuro e os Valores Institucionais que permeiam a atuação da pasta, de seus servidores, corpo gerencial e demais colaboradores.

Ainda, buscou-se a elaboração de métricas capazes de promover um monitoramento e análise contínuos, com o objetivo de retroalimentar a sistemática de planejamento, que apoiará a revisão e o estabelecimento de metas cada vez mais acuradas às capacidades técnicas e gerenciais, estabelecendo-se indicadores estratégicos e tático-operacionais. Tais indicadores foram analisados sob a ótica da metodologia utilizada na elaboração do PPA 2024-2027 e avaliados de acordo com os critérios *SMART* (acrônimo em inglês para específico, mensurável, alcançável, relevante e temporal).

Para o atingimento dos objetivos, também foram detalhados projetos institucionais, propostos pelas unidades para o atendimento das necessidades, dos problemas e dos desafios observados nas fases de diagnóstico. O detalhamento dos projetos seguiu o modelo de uma ficha construída com base no modelo CEK – Canvas, EAP e Kanban -, com o objetivo de simplificar a gestão dos projetos.

O Planejamento Estratégico Institucional do Ministério das Cidades foi elaborado tendo como norte uma série de diretrizes, fundamentos que guiaram as atividades e nortearam os esforços para o atingimento do sucesso no estabelecimento de um referencial estratégico. São elas:

- Participação do corpo técnico e gestor, assim como de colaboradores;
- Alinhamento com planejamentos setoriais e nacionais e diretrizes internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Planejamento com base em diagnóstico interno e externo;
- Participação ativa do Grupo de Trabalho como instância validadora, e de seus membros como promotores e facilitadores do processo;
- Busca por um planejamento simples, direto e elaborado de forma colaborativa;
- Integração do PEI ao PPA, bem como aos sistemas de prestação de contas (Relatório de Gestão, Prestação de Contas do Presidente da República, entre outros).

Por fim, espera-se que as fases de monitoramento, avaliação e revisão também sejam executadas com base nas seguintes premissas:

- Monitoramento intensivo e aumento da maturidade em gestão estratégica;
- Engajamento do Comitê Interno de Governança e da gestão tática do Ministério;
- Aprimoramento da gestão de processos e projetos;
- Busca por um planejamento simples, mas com alto grau de efetividade, com foco no cidadão.

Diagnóstico Institucional

O diagnóstico institucional, também denominada de análise ambiental pelo Guia de Gestão Estratégica, é uma ferramenta indispensável para a formulação de um plano estratégico, uma vez que avalia o contexto interno e externo de uma organização e o atingimento de sua missão institucional. A metodologia utilizada pelo Ministério foi a análise SWOT (forças, fraquezas, ameaças e oportunidades), obtida após a análise de questionários realizados com o público interno e externo ao MCID.

Apresenta-se abaixo a Análise SWOT do Ministério das Cidades.

Ambiente Interno	
Forças	Fraquezas
Comprometimento da Alta Administração	Comunicação à sociedade
Comprometimento e qualificação dos servidores e colaboradores	Comunicação interna e interação entre setores
Disponibilidade de recursos	Dificuldades para a inovação
Execução de ações com alto grau de impacto na qualidade de vida da população	Gestão de recursos e serviços de tecnologia da informação
Governança Pública	Gestão logística
Planejamento das Políticas Públicas	Monitoramento das ações e programas executados
Relacionamento interpessoal	Organização institucional; Pouco reconhecimento interno

Ambiente Externo	
Oportunidades	Ameaças
Experiência dos entes subnacionais	Captura política e/ou econômica do Ministério e/ou das Políticas Públicas
Integração e cooperação federativa e com entidades	Descontinuidade de ações
Novo ciclo de Governo	Falta de diálogo com entes subnacionais e com entidades
Participação de servidores de diversos órgãos na recriação do Ministério	
Recriação do Ministério	Possibilidade de extinção/fusão de Ministérios
Retomada do Capacidades	
Retomada do Conselho das Cidades	Restrição de recursos orçamentário-financeiros
Uso de novas tecnologias	

Cadeia de Valor Integrada

A Cadeia de Valor é descrita pelo Guia Técnico de Gestão Estratégica como “uma ferramenta de diagnóstico e gestão que permite representar uma organização como um conjunto de subsistemas (atividades), com entradas (insumos), processos de transformação e saídas (produtos)”. A cadeia de valor para o setor público costuma ser representada por macroprocessos finalísticos, bem como por macroprocessos gerenciais e de suporte, ou ainda, por funções de governança e de gestão.

Foram também incluídas, como saída da Cadeia de Valor, as principais políticas setoriais planejadas, fomentadas, executadas, monitoradas e avaliadas pelo Ministério. Foram apresentados os valores públicos gerados pelo Ministério, ou seja, produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos.

GOVERNANÇA

Estratégia Organizacional

Inovação e Desenvolvimento Institucional

Comunicação e Relações Institucionais

Participação e Controle Social

Consultoria e Assessoramento Jurídico

Integridade e Controles Institucionais

GESTÃO

Gestão de Pessoas

Gestão Orçamentária e Financeira

Gestão Contábil e de Custos

Gestão de Logística Pública

Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicações

Gestão de Conhecimento e Informação Corporativa

FINALÍSTICOS

Gerir Políticas Setoriais

Coordenar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e a revisão de políticas, programas e planos nacionais

Apoiar o estabelecimento de diretrizes, normas e parâmetros para a regulação de serviços e uso e ocupação do solo

Promover a modernização da habitação, saneamento básico e mobilidade urbana, com a adoção de práticas sustentáveis

Fortalecer capacidades governativas e as articulações e parcerias com a sociedade e com organismos internacionais

Promover o desenvolvimento urbano e metropolitano integrado e a qualificação de territórios periféricos urbanos

Gerenciar e coletar dados relativos a sistemas nacionais de informações

Ampliar o Acesso a Bens e Serviços

Planejamento

Planejar a implementação de programas e ações

Definir critérios para os investimentos

Execução e Monitoramento

Realizar a gestão e o monitoramento de:

Contratos de Repasse

Contratos de Financiamentos

Termos de Compromisso

Contratos do Minha Casa, Minha Vida

Desenvolver mecanismos de incentivos fiscais e de fomento a projetos privados

Desenvolver projetos com arranjos institucionais inovadores

Avaliação

Avaliar os resultados dos programas e ações

ENTREGAS

Mobilidade Urbana

- Tornar os deslocamentos sustentáveis



Moradia Digna

- Reduzir o déficit habitacional



Periferias Urbanas Qualificadas e Integradas

- Reduzir as desigualdades socioterritoriais



Planejamento e Gestão Urbana

- Garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades



Saneamento Básico

- Universalizar o acesso



VALOR PÚBLICO GERADO



Acesso às oportunidades da cidade



Cidades Inteligentes, Sustentáveis e Resilientes



Desenvolvimento urbano integrado e articulado



Qualidade de vida

Referenciais Estratégicos

O Guia Técnico de Gestão Estratégica define que “a missão, a visão e os valores constituem o referencial estratégico de uma organização”. Tal referencial também é chamado de “identidade estratégica da instituição”, segundo a Instrução Normativa 24, de 18 de março de 2020, sendo um componente obrigatório da construção de um plano estratégico institucional.

A Missão Institucional é a razão de ser de uma organização, traduzindo em poucas palavras o que a instituição faz, para quem faz e de que maneira tal organização executa seus processos. A Visão de Futuro é uma expectativa, um desejo de como a instituição estará em um horizonte de tempo amplo, como 10 a 30 anos. Os Valores são as ideias fundamentais, convicções e crenças observadas no comportamento das pessoas que fazem parte da organização.

Já os objetivos estratégicos são grandes eixos de atuação que visam transformar uma determinada realidade interna ou externa à organização, com redação clara e sucinta, sendo monitorável por meio de indicadores e tendo iniciativas vinculadas a eles. Eles são agrupados em perspectivas, baseadas no modelo *Balanced Scorecard* aplicado ao serviço público, sendo os pontos de vista usados para estruturar a estratégia da organização.

Todos esses atributos são representados, de forma visual, por meio de um Mapa Estratégico, que evidencia as relações de causa e efeito entre os objetivos, servindo para testar hipóteses e comunicar a estratégia para servidores e partes interessadas da organização.

O Mapa Estratégico do MCID está estruturado em torno das seguintes perspectivas:

- **Sociedade:** representa o grande resultado do Ministério para seus principais interessados, que é a sociedade em geral. Agrupa os objetivos em cada um dos programas do Plano Plurianual vinculados ao MCID, tem seu monitoramento dado pelos indicadores dos objetivos específicos do PPA e todas as entregas do ministério daquele plano estão alocadas nos objetivos desta perspectiva;
- **Processos Internos:** agrupa todos os objetivos que tratam da forma como o Ministério das Cidades atua no gerenciamento das políticas públicas do MCID, bem como no planejamento, execução, monitoramento e avaliação das suas ações finalísticas. Esta perspectiva está organizada em 2 grandes grupos de objetivos: (a) Ampliar a oferta de bens e serviços e (b) Gerir as políticas setoriais.
- **Governança e Gestão:** camada de suporte e viabiliza ao ministério as capacidades institucionais para as áreas finalísticas do ministério. Ela está subdividida em dois grandes assuntos. A subdivisão Governança congrega objetivos que atuam na vertente de liderança, estratégia e controle, enquanto a gestão foca nos processos que suportam a execução de todos os outros processos do Ministério.

O Mapa Estratégico do MCID pode ser visto na figura a seguir:



MISSÃO
Proporcionar o desenvolvimento integrado e sustentável das cidades, ampliando o acesso às oportunidades para a melhoria da qualidade de vida do cidadão



VISÃO
Indutor da transformação das cidades, tornando-as mais integradas, sustentáveis e resilientes



- Engajamento
- Integridade
- Imparcialidade
- Gentileza

- Justiça
- Profissionalismo
- Vocação Pública



- Compromisso com o Cidadão
- Inovação
- Transparência
- Responsabilidade Pública

PESPECTIVA SOCIEDADE

DESENVOLVIMENTO URBANO	SANEAMENTO	MOBILIDADE	MORADIA DIGNA	PERIFERIA VIVA
Reduzir desigualdades socioterritoriais mediante o desenvolvimento urbano, por meio de políticas de planejamento urbano, gestão e projetos urbanísticos	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade das ações e dos serviços de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais	Promover os deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades, priorizando o transporte não motorizado e o transporte público coletivo	Promover moradia digna às famílias residentes em áreas urbanas e rurais com a garantia do direito à cidade	Integralizar as políticas públicas nos territórios periféricos e fortalecer o protagonismo da população local no processo decisório e na promoção das potencialidades das periferias brasileiras

PESPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Ampliar o acesso aos bens e serviços	Gerir as políticas setoriais
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o planejamento de programas e ações Melhorar a gestão e o monitoramento dos instrumentos Aprimorar a avaliação dos resultados dos programas e ações 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimorar a seleção e contratação dos investimentos Desenvolver mecanismos de incentivos fiscais e de fomento a projetos privados Aprimorar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e revisão de políticas, programas e planos nacionais Promover a modernização da habitação, saneamento básico e mobilidade urbana, com a adoção de práticas sustentáveis Promover o desenvolvimento urbano e metropolitano integrado e a qualificação de territórios periféricos urbanos Apoiar o estabelecimento de diretrizes, normas e parâmetros para a regulação de serviços e uso e ocupação do solo Fortalecer capacidades governativas e as articulações e parcerias com a sociedade e com organismos internacionais Gerenciar e coletar dados relativos a sistemas nacionais de informações

PESPECTIVA GOVERNANÇA E GESTÃO

Melhorar a governança	Melhorar a gestão institucional
<ul style="list-style-type: none"> Estratégia Organizacional Inovação e desenvolvimento institucional Comunicação e Relações Institucionais Controles Internos e Integridade Participação e Controle Social Gestão do Conhecimento e Informação de Negócio 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de Pessoas Gestão Contábil e de Custos Gestão Orçamentária e Financeira Gestão de Logística Pública Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações

Indicadores Estratégicos e Projetos

Os objetivos estratégicos precisam ser desdobrados em iniciativas, que podem ser executadas na forma de processos ou de projetos, permitindo seu monitoramento e a tomada de ações visando seu impulsionamento.

Iniciativas estratégicas são as principais linhas de ação do Ministério, por meio das quais o objetivo associado será atingido. No âmbito do PEI MCID, pode ser uma entrega do PPA, uma atividade interna de duração continuada ou um projeto.

Iniciativas que reflitam entregas ou processos podem ser medidas por meio de um indicador, instrumento que permite observar, identificar e mensurar aspectos relacionados à evolução de um determinado objeto que, no caso da gestão estratégica, pode ser um objetivo, um processo ou um projeto. Essas iniciativas poderão estar na camada estratégica ou na camada tático-operacional, o que definirá o nível de detalhamento e a instância responsável por seu acompanhamento.

Já os projetos são definidos como sequências de atividades conectadas, limitadas em um espaço de tempo e vinculadas ao alcance de um objetivo, que pode ser um a criação de um produto, um serviço ou um resultado único.

Os indicadores de objetivo estratégico, as entregas relativas ao PPA e ao Novo PAC e os projetos institucionais, estratificados por objetivo estratégico, podem ser vistos a seguir, sendo este um resumo das informações mais importantes. Para consultar todas as informações relacionadas a esses atributos, sugere-se a consulta à página de Planejamento Estratégico no endereço eletrônico do Ministério das Cidades.

As informações a seguir contemplam os indicadores de Objetivo Estratégico, as entregas do Novo PAC e os Projetos.

Todas as informações estão disponíveis no endereço eletrônico do Ministério das Cidades.

<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/planejamento-estrategico>



Perspectiva SOCIEDADE

DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo Estratégico: Reduzir desigualdades socioterritoriais mediante o desenvolvimento urbano, por meio de políticas de planejamento urbano, gestão e projetos urbanísticos

Indicadores de Objetivo Estratégico			
	Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
	Número de pessoas beneficiadas por intervenção urbanística - Total	Beneficiar 671 mil pessoas com projetos de qualificação urbana integrada	SNDUM
	Percentual de propostas encaminhadas à Plataforma Transferegov.br com enquadramento imediato, em relação ao total de propostas encaminhadas, relacionadas aos Programas do Ministério das Cidades	Atingir 44% de propostas apresentadas com enquadramento imediato aos programas do Ministério das Cidades	
	Número de cidades médias, cidades grandes e regiões metropolitanas com ações e instrumentos de planejamento que incluam adaptação das cidades à mudança do clima e à transformação digital	Obter 100 cidades que tenham incluído temas relacionados à adaptação das cidades à mudança do clima e à transformação digital nos planos diretores e outros instrumentos de planejamento e gestão urbanos municipais ou interfederativos.	
Indicadores PPA (NÃO PAC)			
Entrega/Iniciativa	Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Intervenções Urbanísticas Contratadas - FGTS	M2 de área que recebeu qualificação urbana contratada - total	Ampliar em 2,4 milhões o quantitativo de áreas qualificadas em espaços urbanos centrais, degradados, subutilizados e vazios.	SNDUM
Intervenções Urbanísticas Apoiadas pelo Orçamento Geral da União (OGU)	M2 de área que recebeu intervenções urbanísticas apoiadas pelo OGU - Total	Qualificar 334.986 m ² de urbana de áreas centrais degradadas, subutilizadas e vazias	
Sistemas e Infraestruturas Inteligentes Apoiados (OGU)	Quantidade de sistemas e/ou infraestruturas inteligentes implementados	Implementar 20 sistemas e/ou infraestrutura inteligente, preferencialmente em áreas centrais, degradadas, subutilizadas e vazias e/ou na gestão urbana	
Sistemas e Infraestruturas Inteligentes Apoiados (FGTS)	Quantidade de sistemas e/ou infraestruturas inteligentes implementados	Elevar em 80 a qualificação urbana por meio da implementação de sistemas e infraestruturas inteligentes, preferencialmente em áreas centrais, degradadas, subutilizadas e vazias e/ou na gestão urbana	
Capacitação de técnicos por meio presencial/híbrido/EAD síncrono	Número de certificados emitidos para técnicos, capacitados pelo Programa Capacidades, por modo presencial, híbrido, ou EAD síncrono	Aumentar em 1.720 o número de servidores e agentes públicos capacitados pelo Programa Capacidades, por modo presencial, híbrido, ou EAD síncrono.	

Capacitação de técnicos por meio de EAD assíncrono	Número de certificados emitidos para técnicos capacitados pelo Programa Capacidades, por modo EAD assíncrono	Aumentar em 34 mil o número de servidores e agentes públicos capacitados pelo Programa Capacidades, por EAD assíncrono
Publicações e produtos de natureza técnica em apoio aos programas do Ministério das Cidades, elaborados, revisados, atualizados, e disponibilizados por meio do Programa Capacidades.	Publicações e produtos de natureza técnica elaborados, produzidos, revisados, atualizados e disponibilizados pelo Programa Capacidades	Aumentar em 203 o número de cursos, materiais, eventos e publicações apoiados pelo Programa Capacidades.
Ente subnacional apoiado com elaboração de instrumentos urbanísticos que incluam o tema adaptação às mudanças do clima e à transformação digital.	Número de instrumentos criados em municípios apoiados, que incluam adaptação à mudança do clima e à transformação digital	100 planos/instrumentos que incluam adaptação à mudança do clima e à transformação digital

SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo Estratégico: Ampliar o acesso e melhorar a qualidade das ações e dos serviços de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais

Indicadores de Objetivo Estratégico			
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria	
Percentual de domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição ou por poço ou nascente	Elevar para 98,3% o percentual de domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição ou por poço ou nascente	SNSA	
Percentual de domicílios rurais abastecidos com água por rede de distribuição ou por poço ou nascente	Elevar para 78,7% o percentual de domicílios rurais atendidos por solução ou sistema adequados de esgotamento sanitário		
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários	Elevar para 87,7% o percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários		
Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários ou outras soluções adequadas	Elevar para 50,1% o percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários		
Parcela de domicílios não sujeitos à situação de risco de inundação (SNIS)	Elevar para 96,93% o percentual de domicílios não sujeitos a risco de inundações na área urbana		
Proporção de Resíduos Sólidos Urbanos Coletados com destinação final adequada	Ampliar para 83,15% a proporção de resíduos sólidos urbanos coletados com destinação final adequada		
Porcentagem de municípios com planos de saneamento básico (SNIS)	Elevar para 66,6% o percentual de municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico		

Indicadores Estratégicos - Novo PAC			
Entrega/Iniciativa	Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Processo de Seleção para contratação de ações de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Valor alocado para seleção (R\$)	Investir R\$5,19 bilhões para ações de drenagem e manejo de águas pluviais (NOVO PAC)	SNSA
Empreendimentos entregues no subeixo Abastecimento de Água (eixo Água para Todos)	Novo PAC: empreendimentos entregues no subeixo Abastecimento de Água (eixo Água para Todos)	Concluir 83 empreendimentos de abastecimento de água contratados anteriormente à 2023 (NOVO PAC)	

Processo de Seleção para contratação de ações de abastecimento de água no subeixo Abastecimento de água (eixo Água Para Todos)	Valor alocado para seleção (R\$)	Investir R\$6,8 bilhões em projetos de abastecimento de água (NOVO PAC)
Processo de Seleção para implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas rurais no subeixo Água para quem mais precisa (eixo Água Para Todos)	Valor alocado para seleção (R\$)	Investir R\$ 504 milhões para implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas rurais (NOVO PAC)
Empreendimentos entregues no subeixo Esgotamento Sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Novo PAC: empreendimentos entregues no subeixo Esgotamento Sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Concluir 158 empreendimentos de esgotamento sanitário contratados anteriormente à 2023 (NOVO PAC)
Processo de Seleção para contratação de ações de esgotamento sanitário em áreas urbanas no subeixo Esgotamento sanitário (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Valor alocado para seleção (R\$)	Investir R\$ 15,0 bilhões em projetos de esgotamento sanitário em área urbana (NOVO PAC)
Processo de Seleção para contratação de ações de resíduos sólidos urbanos no subeixo Gestão de Resíduos Sólidos/Economia Circular (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Valor alocado para seleção (R\$)	Investir R\$ 1,49 bilhão em projetos de resíduos sólidos urbanos (NOVO PAC)
Empreendimentos de Drenagem entregues no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Novo PAC: empreendimentos de Drenagem entregues no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Concluir 48 empreendimentos de drenagem contratados anteriormente à 2023 (NOVO PAC)
Empreendimentos entregues no subeixo Gestão de Resíduos Sólidos (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Novo PAC: empreendimentos entregues no subeixo Gestão de Resíduos Sólidos (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Concluir 3 empreendimentos de resíduos sólidos contratados anteriormente à 2023 (NOVO PAC)

Indicadores PPA (NÃO PAC)			
Entrega/Iniciativa	Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Empreendimentos de abastecimento de água, para população rural, concluídos	Quantidade de empreendimentos concluídos no período, para população rural	Concluir 1.036 empreendimentos de abastecimento de água concluídos no período, para população rural	SNSA
Empreendimentos de sistemas e soluções alternativas de esgotamento sanitário, para população rural, concluídos	Quantidade de empreendimentos de sistemas ou soluções alternativas concluídos no período, para população rural	Concluir 2.489 empreendimentos concluídos no período, de infraestrutura de sistemas ou soluções alternativas de esgotamento sanitário	
Empreendimentos contratados de sistemas de drenagem urbana ou manejo de águas pluviais	Número de empreendimentos contratados para obras de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais	Concluir 24 empreendimentos de drenagem urbana sustentável e manejo de águas pluviais contratados	
Empreendimentos de saneamento no meio rural apoiados por ações de gestão	Quantidade de empreendimentos entregues que receberam ações de apoio à gestão	Concluir 1.036 soluções alternativas implantadas contempladas com ações estruturantes, no meio rural.	

MOBILIDADE URBANA

Objetivo Estratégico: Promover os deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades, priorizando o transporte não motorizado e o transporte público coletivo

Indicadores de Objetivo Estratégico			
Título do Indicador		Meta 2024-2027	Secretaria
Percentual de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado dentre aqueles considerados obrigatórios	Elevar o percentual de municípios com planos de mobilidade urbana elaborados para 22,18%		SEMOB
Percentual de municípios com investimento e financiamento em empreendimentos de mobilidade urbana	Elevar o percentual de municípios com investimento e financiamento em empreendimentos de mobilidade urbana para 54,92%		
Percentual de renovação da frota	Elevar o percentual de renovação da frota financiada dos sistemas de transporte público coletivo urbano nos municípios beneficiados para 31,3%		

Indicadores Estratégicos - Novo PAC			
Entrega/Iniciativa	Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Processo de Seleção para implantação e qualificação de infraestrutura de sistema de transporte público coletivo urbano no subeixo Mobilidade Urbana Sustentável (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Valor total de recursos aplicados em empreendimentos de transporte público coletivo urbano	Investir R\$17,5 bilhões para implantação e qualificação de infraestrutura de sistema de transporte coletivo urbano (NOVO PAC)	SEMOB
Processo de Seleção para empreendimentos que promovam mobilidade ativa no subeixo Mobilidade Urbana Sustentável (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Valor alocado para seleção (R\$)	Investir R\$1,0 bilhão para promoção de mobilidade ativa (NOVO PAC)	
Processo de Seleção para aquisição de material rodante (ônibus, trem e metrô) para os sistemas de transporte público coletivo urbano no subeixo Mobilidade Urbana Sustentável (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Valor alocado para aquisição de material rodante (ônibus, trem e metrô)	Investir R\$5,0 bilhões para aquisição de material rodantes (NOVO PAC)	
Empreendimentos entregues no subeixo Mobilidade Urbana Sustentável (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Novo PAC: empreendimentos entregues no subeixo Mobilidade Urbana Sustentável (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Concluir 40 empreendimentos de mobilidade urbana contratados anteriormente à 2023 (NOVO PAC)	

Indicadores PPA (NÃO PAC)			
Entrega/Iniciativa	Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Assistência técnica prestada à elaboração de Planos Locais de Mobilidade Urbana.	Número de municípios atendidos com assistência técnica	Atender 69 municípios com assistência técnica para elaboração de Plano de Mobilidade Urbana	SEMOB
Assistência financeira prestada à elaboração de Planos Locais de Mobilidade Urbana.	Número de Planos de Mobilidade Urbana contratados	Contratar 8 Planos de Mobilidade Urbana	
Investimento e financiamento realizados em empreendimentos de transporte não motorizado e qualificação viária.	Valor total de recursos aplicados em empreendimentos de transporte não motorizado e qualificação viária	Investir R\$385,74 milhões em transporte não motorizado e qualificação viária	
Fomento ao investimento privado em projetos de infraestrutura no setor de mobilidade urbana.	Valor total de recursos aplicados e autorizados em projetos de infraestrutura no setor de mobilidade urbana, por meio de financiamento e incentivos fiscais	Investir R\$ 257,49 milhões em mobilidade urbana, via financiamentos ao setor privado e incentivos fiscais	

MORADIA DIGNA

Objetivo Estratégico: Promover moradia digna às famílias residentes em áreas urbanas e rurais com a garantia do direito à cidade

Indicadores de Objetivo Estratégico			
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria	
Déficit habitacional quantitativo	Reduzir o déficit habitacional quantitativo para 5.200.993	SNH	
Operações contratadas, em parceria com estados e municípios, nas linhas do MCMV	Contratar 240 operações por meio de parcerias com estados e municípios nas linhas do MCMV		
Conformidade dos materiais, componentes e sistemas construtivos das empresas de serviços e obras com certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, no âmbito do Programa PBQPH	Manter o percentual de conformidade do PBQP-H em 90%		
Projetos-piloto inovadores realizados em parceria com estados, municípios, órgãos e entidades públicos e privados	Contratar 5 operações por meio de arranjos institucionais e mecanismos de financiamento inovadores		
Participação do Produto Interno Bruto da Construção Civil no Produto Interno Bruto (PIB) Total	Elevar a participação do PIB da Construção Civil no PIB total para 3,26%		

Indicadores Estratégicos - Novo PAC			
Entrega/Iniciativa	Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Moradias contratadas no Novo Minha Casa Minha Vida (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, subeixo Minha Casa Minha Vida, segmento Novo MCMV)	Novo PAC: moradias contratadas no Novo Minha Casa Minha Vida (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, subeixo Minha Casa Minha Vida, segmento Novo MCMV)	Contratar 1,89 mil moradias no Minha Casa Minha Vida (NOVO PAC)	SNH
Retomada e conclusão de moradias do Minha Casa Minha Vida (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, subeixo Minha Casa Minha Vida) no segmento MCMV Retomada	Novo PAC: retomada e conclusão de empreendimentos contratados anteriormente à 2023 (OGU)	Concluir 151.216 empreendimentos do MCMV contratados anteriormente à 2023 (NOVO PAC)	
Financiamento Habitacional (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, subeixo Financiamento Habitacional SBPE)	Novo PAC: Financiamento Habitacional (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, subeixo Financiamento Habitacional SBPE)	Prover R\$ 160 bilhões em financiamento habitacional para aquisição de novas moradias, contribuindo para dinamização da economia na construção civil (NOVO PAC)	

Indicadores PPA (NÃO PAC)			
Entrega/Iniciativa	Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Moradias entregues por meio de parcerias com estados e municípios	Moradias entregues por meio de parcerias com estados e municípios (SNHIS)	Entregar 120 mil moradias por meio do SNHIS	SNH
Certificar os Sistemas de Gestão da Qualidade das empresas de serviços e obras da construção civil que executem empreendimentos de Habitação de Interesse Social	Percentual de certificações de Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ) de Empresas de Serviços/Obras da Construção Civil	Atingir 90% de certificação dos Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ) de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil	
Conformidade com as normas técnicas brasileiras de produtos-alvo de Programas Setoriais de Qualidade (PSQ) que compõem a cesta básica de materiais de construção civil, utilizados em empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS)	Percentual de qualificação de empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC)	Atingir 90% de conformidade das empresas de materiais, componentes e sistemas construtivos	
Moradias entregues por meio de Projetos-Piloto inovadores	Moradias entregues por meio de arranjos institucionais e financeiros inovadores	Entregar 10 mil moradias por meio de arranjos institucionais e financeiros inovadores	
Recursos alocados pelo FGTS em financiamento imobiliário habitacional.	Recursos alocados pelo FGTS em financiamento imobiliário habitacional	Entregar 1,84 milhão de moradias com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	
Ampliação da oferta de moradia para a população em situação de rua, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida.	Quantidade de unidades habitacionais do Programa "Minha Casa, Minha Vida" disponibilizadas para a população em situação de rua	Entregar 2.500 unidades habitacionais do Programa "Minha Casa, Minha Vida" para população em situação de rua	

PERIFERIA VIVA

Objetivo Estratégico: Integralizar as políticas públicas nos territórios periféricos e fortalecer o protagonismo da população local no processo decisório e na promoção das potencialidades das periferias brasileiras

Indicadores de Objetivo Estratégico			
Título do Indicador		Meta 2024-2027	Secretaria
Taxa de Ampliação do Acesso de Políticas Públicas nas Periferias Urbanas		Atender 10,29% dos aglomerados subnormais com a ampliação de políticas públicas	SNP
Número de domicílios com pelo menos uma inadequação (redução do crescimento)		Reduzir o crescimento da inadequação para 28.582.968 domicílios	
Taxa de Participação Social nos aglomerados subnormais		Apoiar 28 iniciativas de participação popular em aglomerados subnormais e entorno imediato	

Indicadores Estratégicos - Novo PAC			
Entrega/Iniciativa	Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Processo de Seleção para apoio a elaboração de Planos Municipais de Redução de Riscos no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Número de municípios atendidos com Planos Municipais de Redução de Risco ou instrumento similar	Apoiar 368 municípios para elaboração dos Planos Municipais de Redução de Risco ou instrumento similar (NOVO PAC)	SNP
Processo de Seleção para Seleção de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Município selecionado	Apoiar 208 municípios com obras de contenção de encostas (NOVO PAC)	
Empreendimentos entregues no subeixo Urbanização de Favelas (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Novo PAC: empreendimentos entregues no subeixo Urbanização de Favelas (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Concluir 59 empreendimentos de urbanização de favelas contratados anteriormente à 2023 (NOVO PAC)	

...continuação

Entrega/Iniciativa	Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Processo de Seleção para regularização fundiária de núcleos urbanos informais dotados total ou parcialmente de infraestrutura essencial e ocupados predominantemente por população de baixa renda no subeixo Urbanização de Favelas (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Valor alocado para seleção (R\$)	Investir R\$400 milhões em projetos de regularização fundiária (NOVO PAC)	SNP
Processo de Seleção para urbanização de assentamentos precários no subeixo Urbanização de Favelas (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Valor alocado para seleção (R\$)	Investir R\$5,1 bilhões em projetos de urbanização de assentamentos precários (NOVO PAC)	
Empreendimentos de Contenção de Encostas entregues no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Novo PAC: empreendimentos de Contenção de Encostas entregues no subeixo Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem (eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes)	Concluir 66 empreendimentos de contenção de encostas contratados anteriormente à 2023 (NOVO PAC)	
Indicadores PPA (NÃO PAC)			
Entrega/Iniciativa	Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Assessoria técnica para intervenção nas periferias urbanas	Quantidade de iniciativas apoiadas de Assessoria Técnica	Apoiar 8 iniciativas de assessoria técnica em periferias urbanas	SNP
Mapeamento de territórios periféricos nas concentrações urbanas	Mapeamentos Entregues	Mapear 63 territórios periféricos urbanos do Brasil.	
Melhorias habitacionais em periferias urbanas	Número de famílias atendidas com melhorias habitacionais	Atender 11.364 famílias com melhoria habitacional em periferias urbanas	
Regularização fundiária urbana de interesse social	Número de famílias atendidas com regularização fundiária urbana de interesse social	Atender 86.576 famílias com a regularização fundiária urbana de interesse social	
Intervenções para adaptação inclusiva às mudanças climáticas em periferias urbanas	Número de famílias beneficiadas	Beneficiar 5.500 famílias com intervenções urbanas para adaptação às mudanças climáticas	
Iniciativas de participação popular em aglomerados subnormais apoiadas	Número de iniciativas de participação de popular em aglomerados subnormais apoiadas	Mapear, mobilizar e apoiar 216 iniciativas de participação popular em periferias urbanas	

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS

Ampliar o acesso a bens e serviços

Objetivo Estratégico: Melhorar a gestão e o monitoramento dos instrumentos

Indicadores de Objetivo Estratégico		
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Tempo Médio para Conclusão do Objeto (TFIM)	Manter o tempo médio para conclusão dos objetos abaixo de 48 meses	SE/DGE
Tempo Médio para Início do Objeto (TMIO)	Reduzir para 15 meses o tempo médio para início da obra	
Percentual de Obras Paralisadas (PCAP)	Reduzir o percentual de contratos paralisados para 8%	

Objetivo Estratégico: Aprimorar a avaliação dos resultados dos programas e ações

Indicadores de Objetivo Estratégico		
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Índice de necessidade orçamentária	Obter 80% dos recursos orçamentários para a carteira Novo PAC e MCMV	SE/DGE
Índice de necessidade financeira	Obter 80% dos recursos financeiros para a carteira Novo PAC e MCMV	
Taxa de insucesso (cancelamento de transferências)	Reduzir a taxa de insucesso das transferências voluntárias (cancelamentos) para 5%	

Gerir as políticas setoriais

Objetivo Estratégico: Aprimorar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e revisão de políticas, programas e planos nacionais

Projetos Estratégicos		
Título do Projeto	Data de Conclusão	Secretaria
Ampliação e Fortalecimento da Participação Social e Diversidade nas políticas públicas no âmbito do Ministério das Cidades.	01/11/2027	GM/APSD
Publicação do Plano Nacional de Mobilidade Urbana (PlanMob)	20/12/2025	SEMOB
Regulamentação do novo marco legal do saneamento	30/05/2025	SNSA
Revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) - Edição 2022	30/11/2025	SNSA
Edição de ato normativo para institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)	03/02/2025	SNDUM

Objetivo Estratégico: Apoiar o estabelecimento de diretrizes, normas e parâmetros para a regulação de serviços e uso e ocupação do solo

Projetos Estratégicos		
Título do Projeto	Data de Conclusão	Secretaria
Apoio e contribuições para a elaboração das normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico pela ANA	31/12/2027	SNSA

Objetivo Estratégico: Fortalecer capacidades governativas e as articulações e parcerias com a sociedade e com organismos internacionais

Projetos Estratégicos		
Título do Projeto	Data de Conclusão	Secretaria
Realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades	30/11/2025	SE/DGE
Apoio à estruturação das entidades de governança de prestação regionalizada dos serviços de saneamento e adesão dos municípios.	30/05/2025	SNSA
Retomada do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (Capacidades)	31/12/2027	SNDUM
Apoio ao planejamento territorial participativo em territórios periféricos	31/12/2025	SNP
Desenvolvimento de arcabouço conceitual, normativo e metodológico para intervenções integradas e participativas em periferias urbanas	31/12/2024	SNP

Objetivo Estratégico: Promover o desenvolvimento urbano e metropolitano integrado e a qualificação de territórios periféricos urbanos

Projetos Estratégicos		
Título do Projeto	Data de Conclusão	Secretaria
Articulação para implementação de iniciativas relacionadas a Cidades Inteligentes	31/12/2026	SNDUM

Objetivo Estratégico: Gerenciar e coletar dados relativos a sistemas nacionais de informações

Projetos Estratégicos		
Título do Projeto	Data de Conclusão	Secretaria
Implantação e aprimoramento do Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU)	03/12/2027	SEMOB
Concepção do módulo de Saneamento Rural no Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa)	31/12/2025	SNSA
Implementação do Sistema de Informações em Saneamento Básico (SINISA)	31/12/2024	SNSA
Formulação de metodologias para monitoramento de indicadores, metas e entregas da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano.	01/05/2026	SNDUM

Melhorar a governança

Objetivo Estratégico: Estratégia Organizacional

Indicadores de Objetivo Estratégico		
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Índice de Capacidade em Planejamento e Monitoramento da Estratégia (2120 e 2140 iESGo TCU - antigo IGG TCU)	Elevar para 0,85 a capacidade de elaboração e monitoramento da estratégia do MCID no índice iESGo	SE/DGE

Projetos Estratégicos		
Título do Projeto	Data de Conclusão	Secretaria
Aprimoramento da estratégia organizacional do Ministério	28/02/2028	SE/DGE

Objetivo Estratégico: Comunicação e Relações Institucionais

Indicadores de Objetivo Estratégico		
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Quantidade de acessos ao site do Ministério das Cidades	Aumentar para 3.326.909 a visualização anual às páginas do Portal do MCid	GM/AESCOM

Objetivo Estratégico: Participação e Controle Social

Indicadores de Objetivo Estratégico		
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Percentual de participação dos Conselheiros nas Reuniões do Conselho das Cidades	Aumentar o número de participantes nas reuniões do Conselho Nacional das Cidades para 80%	SE/DGE

Objetivo Estratégico: Inovação e Desenvolvimento Institucional

Indicadores de Objetivo Estratégico		
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Índice ESG (Environmental, Social and Governance) do TCU - iESGo	Aumentar o resultado institucional do MCID no iESGo para 70%	SE/DGE

Objetivo Estratégico: Controles Internos e Integridade

Indicadores de Objetivo Estratégico		
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Índice Prospera Cidades	Atingir o índice médio do Prospera Cidades de 0,745	GM/AECI

Projetos Estratégicos		
Título do Projeto	Data de Conclusão	Secretaria
Projeto Corregedoria 2.0	31/12/2024	GM/CORREG
Painel de gerenciamento das demandas dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado	31/12/2024	GM/AECI
Implementar a Gestão de Risco nos Processos Prioritários	31/12/2027	GM/AECI

Melhorar a gestão institucional

Objetivo Estratégico: Gestão de Pessoas

Indicadores de Objetivo Estratégico		
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Índice de Força de Trabalho	Ampliar a força de trabalho do Ministério das Cidades para 502 ativos em exercício no Ministério das Cidades	SE/SPOA
Índice de Gestão de Pessoas (iGestPessoas iESGo)	Aumentar o índice de Gestão de Pessoas do iESGo no Ministério das Cidades para 0,8	

Objetivo Estratégico: Gestão Orçamentária e Financeira

Indicadores de Objetivo Estratégico		
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Índice de Capacidade em Gestão Orçamentária (iGestOrcament iESGo)	Aumentar o índice de Capacidade em Gestão Orçamentária do iESGo no Ministério das Cidades para 0,8	SE/SPOA
Percentual de execução orçamentária das emendas parlamentares impositivas	Empenhar 100% das emendas parlamentares impositivas	
Taxa de empenho das dotações finalísticas discricionárias, exceto créditos extraordinários	Empenhar 100% das dotações finalísticas discricionárias, exceto os créditos extraordinários	
Percentual de execução orçamentária do PAC	Empenhar 100% dos recursos orçamentários oriundos do PAC	

Objetivo Estratégico: Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicações

Indicadores de Objetivo Estratégico		
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Índice de Gestão de TIC (iGestTI iESGo)	Aumentar o índice de Gestão de TI do iESGo no Ministério das Cidades para 0,7	SE/SPOA
Índice de atendimentos de chamados de TI de médio e baixa complexidade dentro do prazo	Aumentar o atendimento de chamados de TI de nível médio e baixo para 99%	
Índice de atendimento de chamados de TI de alta complexidade dentro do prazo	Aumentar o atendimento de chamados de alto nível de TI para 98%	
Percentual de ações do PDTIC concluídas	Concluir 80% das ações do PDTIC do Ministério das Cidades	

Projetos Estratégicos		
Título do Projeto	Data de Conclusão	Secretaria
Projeto de sustentação, manutenção e novos projetos de desenvolvimento de sistemas (Fábrica de Software)	31/12/2027	SE/SPOA
Novo projeto de atualização, revitalização, segurança de toda infraestrutura do ministério.	31/12/2027	

Objetivo Estratégico: Gestão de Logística Pública

Indicadores de Objetivo Estratégico		
Título do Indicador	Meta 2024-2027	Secretaria
Percentual de Contratações previstas no PCA e efetivadas	Aumentar o percentual de contratações previstas no PCA efetivadas	SE/SPOA
Risco de descontinuidade contratual	Reduzir a quantidade de contratos com prorrogação iniciada a menos de 90 dias do fim da vigência	
Índice de Gestão de Contratos (iGestContrat iESGo)	Aumentar o índice de Gestão de Contratos do iESGo no MCID	

Monitoramento, Avaliação e Revisão

Uma importante etapa no processo de Gestão da Estratégia é o monitoramento, que consiste em um processo contínuo onde a execução da estratégia é comparada com as metas traçadas, permitindo identificar causas para o cumprimento ou não dos objetivos e realizar ajustes de rota.

O monitoramento da estratégia, no âmbito do PEI, será realizado conforme as seguintes disposições:

- Os órgãos e suas unidades poderão monitorar **mensalmente** os indicadores e iniciativas, nos níveis estratégico e tático-operacional, conforme a periodicidade dos indicadores;
- Os órgãos e suas unidades deverão monitorar **trimestralmente** os indicadores e iniciativas, nos níveis estratégico e tático-operacional, conforme a periodicidade dos indicadores;
- O monitoramento dos indicadores estratégicos e tático-operacionais é dividido em:
 - Quantitativo: inserção do resultado numérico do indicador; e
 - Qualitativo: inserção de informações que discutam o resultado alcançado frente à meta estabelecida, eventuais causas ou impedimentos para o alcance dessas metas e medidas para o enfrentamento de tais causas, e os desafios remanescentes e próximos passos.
- Os responsáveis pelas unidades internas deverão subsidiar os titulares dos órgãos acerca dos resultados, as providências e os entraves relativos ao andamento da execução da estratégia, de forma preparatória à reunião do Comitê Interno de Governança (CIGOV) que trate da avaliação da estratégia.

A avaliação da estratégia será realizada conforme as seguintes disposições:

- A Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica apresentará Relatório de Avaliação da Estratégia ao Comitê-Técnico do CIGOV, detalhando os resultados do PEI e apontando os aspectos mais relevantes para a CIGOV;
- O CT-CIGOV destacará os principais indicadores que devem ser abordados na reunião do CIGOV, bem como as necessidades de revisão ou de tomada de providência para garantir o atingimento dos objetivos estratégicos; e
- O CIGOV analisará, no mínimo trimestralmente, o andamento da estratégia, propondo providências para sua consecução.

Como um processo dinâmico, o Plano Estratégico Institucional admite revisões em seus atributos, seja para adequar a uma nova realidade ou para contemplar ajustes nas prioridades da execução das políticas públicas e dos processos operacionais do Ministério. A revisão do PEI ocorrerá da seguinte forma:

- Os atributos do PEI oriundos do Plano Plurianual poderão ser sinalizados para revisão, sendo propostas as novas redações ou metas, bem como a inclusão ou exclusão de atributos, ficando pendentes de validação até o devido processo de revisão no âmbito do PPA ser concluído;
- Os atributos não constantes do PPA e que estejam classificados como estratégicos poderão ser propostos a qualquer tempo e deverão ter sua revisão aprovada pelo CIGOV; e
- Os demais atributos poderão ser revisados em todas as janelas de monitoramento, devendo a revisão ser aprovada pelo titular do órgão.

O Ministério está desenvolvendo um sistema para monitoramento, avaliação e revisão do PEI



As informações relativas ao sistema estarão disponíveis na página de Planejamento Estratégico do MCID

<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/planejamento-estrategico>.



Ainda, é importante que todos os servidores e colaboradores do Ministério conheçam a estratégia da organização, somando esforços para sua completa execução e seu monitoramento contínuo. Assim, a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica irá realizar, periodicamente, ações de comunicação e divulgação do PEI Cidades e do PlanCidades, em articulação com a Assessoria Especial de Comunicação Social, pelas diversas plataformas.

